

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1. OBJETO

Aquisição de câmara frigorífica para armazenamento de gêneros alimentícios, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

1.1. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O OBJETO

ITEM	Descritivo	Quant.	Valor total
1	Câmara frigorífica com as seguintes especificações: Dimensões externas de 3 m (comprimento) X 2 m (largura) X 2,74 m (altura). Deve ter isopainel frigorífico de Poliisocianurato (PIR) de 120 mm de espessura e isolamento do piso com isopainel de PIR de 120 mm de espessura, com porta frigorífica giratória de 0,80 m X 1,80 m com aquecimento. O interior deve conter cortina PVC para porta da câmara fria, estrado para o piso na cor preta e 5 prateleiras com 4 níveis de altura cada, medindo 0,45 m X 1,07 m. Com 1 unidade condensadora carenada (silenciosa), R404a, trifásica, 380V; 1 (um) evaporador de baixo perfil, hélice de 254 mm, mono, 220 V. Equipamento com instalação completa, contendo todos os acessórios do sistema de refrigeração e automação, acabamentos das paredes em isopainel, teto, piso e porta da câmara frigorífica. Temperatura de trabalho de -18°C à -14°C; acabamento interno e externo em aço pré-	1 unidade	R\$ 50.000,00

	pintado branco; iluminação do ambiente incluída. A porta frigorífica deve conter resistência giratória, com núcleo composto por PIR de 150 mm de espessura, condutividade térmica de 0,022 W/m.k e classificação II-A na Instrução Técnica nº 10 do Corpo de Bombeiros (Decreto Estadual nº 63.911).		
--	--	--	--

O valor de referência inclui a instalação da câmara no município de Itajaí, bem como toda mão de obra e equipamentos para tal.

1.2. DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal Nº 12.840/2023. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. DA APLICABILIDADE DA LEI MUNICIPAL 7.785/2025

Considerando que nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos Lei Municipal nº 7.785/2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedor Individuais e Sociedades Cooperativas de Consumo nas Contratações Públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal, deverá ser inserido item no ETP sobre a participação ou não exclusiva de ME ou EPP, conforme segue:.

Art. 14. Nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços, a Administração Pública poderá estabelecer no instrumento convocatório a opção de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - O percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a subcontratação total;

II - Que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III - Que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando - se o prazo para regularização previsto no artigo 20;

IV - Que a empresa contratada se comprometa a substituir a subcontratada na hipótese de extinção da subcontratação, notificando a Administração Pública sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

V - Não sendo possível a substituição prevista no inciso IV, a empresa contratada fica responsável pela continuidade total do contrato inicial.

§ 1º Não será admitida a subcontratação para fornecimento de bens.

§ 2º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 3º Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste artigo somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

1.3.1. Tratamento exclusivo para ME/EPP/Equiparadas:

Sim

1.3.2. Aplicação de Cotas para ME/EPP/Equiparadas:

Sim

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O município de Itajaí vem sendo contemplado com valores para operacionalizar Planos de Aquisição de Alimentos (PAA) de diversas esferas e naturezas, recebendo, portanto, diversas quantidades de gêneros alimentícios que, por sua vez, devem ser devidamente armazenados e tratados com qualidade.

A solução para adequado armazenamento e tratamento destes gêneros alimentícios é a aquisição de uma câmara frigorífica, a ser instalada no futuro equipamento do Banco de Alimentos, o qual se encontra em fase de reforma e estruturação para breve reinauguração e funcionamento.

Os recursos a serem utilizados para a aquisição são advindos da emenda impositiva nº 111, do vereador Vanderlei Dalmolin.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação será realizada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**. O critério a ser adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☒ Não

☐ Sim

4.2. Será exigida a demonstração do(s) serviço(s):

☒ Não

☐ Sim

4.3. Será exigida prova de conceito?

☒ Não

☐ Sim

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

☒ Não

☐ Sim

4.5. Será exigida garantia de proposta?

☒ Não

☐ Sim

5. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou serviços compatíveis com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data.

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme inciso II, do artigo 69, da Lei 14.133/2021.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de execução do serviço

A câmara deverá ser fornecida e devidamente instalada em local e data indicado pelos fiscais de contrato, após a devida formalização da contratação, em até 30 dias corridos.

6.3. Bens perecíveis

☒ Não

☐ Sim

6.4. Garantia de execução do contrato

☒ Não

☐ Sim

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

☐ Não

☒ Garantia e/ou assistência técnica

É necessário que a empresa vencedora forneça garantia do produto a ser instalado, pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo que esta garantia deverá cobrir a unidade condensadora

e forçador, além de demais componentes do sistema, tais quais tubulações, painéis, e entre outros.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Obrigações da CONTRATADA

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato;
- b) designar profissional(is) qualificado(s) para tratativas e contatos com o Município;
- c) designar equipe qualificada para realização da instalação da câmara frigorífica;
- d) ao fornecimento do objeto de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor, devendo realizar o fornecimento da câmara frigorífica, bem como a sua respectiva instalação, conforme as descrições constantes no item 1.1, cumprindo também com todas as solicitações da Contratante, bem como demais especificações deste termo de referência;
- e) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento;
- f) substituir, de forma imediata, os objetos que estejam em desconformidade com as descrições do presente termo;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;
- h) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- i) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- k) manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, a Contratante em caso de alteração;

l) sujeitar-se à fiscalização da Contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados.

7.2. Obrigações da CONTRATANTE

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- ☒ Somente por assinatura de contrato
- ☐ Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- ☐ Autorização de Fornecimento
- ☐ Outro:

8.2. VIGÊNCIA

☒ O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, devendo os serviços de instalação e fornecimento da câmara frigorífica ocorrerem neste período.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Fiscal de Gestão do Contrato:

Nome: Aline da Silva Conceição

Cargo: Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro

Matrícula: 2689101

Fiscal de Execução do Contrato:

Nome: Elinia da Silva Mateus Marsango

Cargo: Nutricionista

Matrícula: 1133401

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Critério de medição

Será emitido Termo de Recebimento ou Relatório de Entrega, que servirá como base para o atesto da nota fiscal;

Em caso de não conformidade, será aplicada penalidade conforme previsto em contrato.

O fornecimento deverá ocorrer de forma única, juntamente com sua instalação.

9.2. Da Forma de Pagamento

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pela CONTRATADA em sua proposta comercial.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta das seguintes dotações:

Órgão Orçamentário – 36000 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

Despesa – 839 – 1.30636.8.244.6.2.347.0.449000 – Aplicações

Fonte de recurso – 2078 – Emendas Parlamentares Individuais – CVI.

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado da contratação será de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**.

Itajaí, 25 de novembro de 2025

ANDRÉ LEONARDO SEVERINO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA